

CRISE E REVOLUÇÃO

Elza Margarida de Mendonça Peixoto

Maria de Fátima Rodrigues Pereira

Germinal: Marxismo e Educação em Debate, em seu segundo número, enfrenta a temática clássica do marxismo – “Crise e Revolução” – impulsionada pela urgência e atualidade de um crise estrutural sem precedentes na história do capitalismo, que pede da esquerda reflexão/ação revolucionárias. À sombra das incertezas dos intelectuais e do refluxo dos movimentos sociais, urge que reflitamos sobre as possibilidades e limites da ação revolucionária na atual conjuntura, retomando um programa de ações que levem à superação da barbárie que a derrocada do capitalismo anuncia. A saída, a ser extraída das entranhas da luta de classes, depende também da retomada das análises conjunturais referenciadas nos fatos históricos, nas experiências de luta e no debate teórico. É com este propósito que *Germinal* apresenta-se em seu primeiro número de 2010 com 15 textos distribuídos nas seções *Debates*, *Artigos*, *Entrevista*, *Clássico*, *Resenha* e *Resumos de Teses e Dissertações*.

Na Seção *Debates*, Osvaldo Coggiola traz o artigo *América Latina na crise econômica mundial*, no qual desmascara as ilusões dos governantes latino-americanos de que a dependência econômica teria sido superada e em decorrência disto, os impactos da crise na América Latina seriam mais amenos. Os dados trazidos pelo autor confirmam que as economias latino-americanas encontram-se cada vez mais dependentes economicamente e subordinadas politicamente aos interesses das grandes corporações econômicas sediadas nos EUA e Europa; que a redução da miséria evidenciada nos últimos anos está lastreada em programas sociais sem base estrutural permanente; que as tentativas de unificação econômica da América Latina esbarram nos interesses das burguesias comprometidas com os interesses internacionais em detrimento dos nacionais; enfim, que os rumos da crise dependem da correlação de forças que as classes exploradas da América Latina, a partir da própria crise, venham a construir, e não dos (in)eficientes pacotes econômicos que os governos vêm apresentando.

O segundo artigo, de Adrian Sotelo Valencia, *Crisis y Revolución*, retoma a teoria materialista do desenvolvimento e decadência do capitalismo a partir da teoria do valor originalmente elaborada e exposta por Karl Marx nos *Grundrisse* e na *Crítica da Economia Política*, reafirmando que a produção do valor depende exclusivamente da força de trabalho. A crise capitalista em curso deriva da insuficiência e, até certo ponto, da incapacidade dos mecanismos do sistema para gerar suficiente produção de valor no processo de trabalho, para valorizar o capital investido para criar mais valia e restituir o aumento da taxa de lucro. Essas limitações do capital financeiro (*capital fictício*) provocam o desvio para a esfera especulativa e contribuem na formação de bolhas especulativas nefastas em áreas como as imobiliárias, energéticas e de alimentos. Por mais que continue a aumentar a produtividade, a se desenvolver a revolução tecnológica e a

“se poupar a força de trabalho”, a redução do tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias e de força de trabalho vai se tornando cada vez mais difícil e marginal. É desse modo que o sistema capitalista entra numa crise orgânica, estrutural e “civilizacional”, tal como acontece na atualidade. Ir além do capital significa construir as estruturas e superestruturas da nova sociedade não capitalista baseada em um novo modo de produzir, de trabalho e de relações sociais humanas harmoniosas e solidárias.

O terceiro artigo, de José Claudinei Lombardi, *Crise Capitalista: Breves Apontamentos*, parte da revisão da teoria das crises produzida por Marx e Engels para recuperar a trajetória histórica e realizar a localização conjuntural da crise estrutural do capitalismo que se desenvolve a partir da Segunda Guerra Mundial e consolida-se no século XXI, com a grande crise de 2008. Demonstra como “as crises parciais e gerais se tornaram grandes instrumentos de acumulação financeira, graças à ação dos mecanismos de transferência de recursos do Estado para a recuperação econômica de empresas e até mesmo setores inteiros da economia”, estando no centro destes mecanismos os bancos. Recupera os debates disseminados na imprensa sobre a crise estrutural do capitalismo nos últimos anos enfatizando sua gravidade e relevância histórica e explicitando a saída intervencionista na qual os Estados “buscam salvar o capitalismo dos capitalistas”, abrindo mão da tese ideológica da “mão invisível” e da auto-regulação dos mercados. Recoloca a produção marxiana como o referencial mais atual para a explicação da atual conjuntura, retomando e enfatizando os componentes estruturais da crise e a impossibilidade de saída sem a superação destas barreiras estruturais. Neste cenário, o projeto comunista volta à tona, entretanto, não como uma idéia que tem que ser implantada, mas como uma realidade a ser construída por homens reais – a história não avança a partir de modelos, mas no “tenso entrelaçamento entre as novas forças e os velhos instrumentos” – destacando-se a necessidade de organização estratégica e tática em busca da superação da lógica do capital e o papel que cabe aos trabalhadores da educação cumprir: expandir e aprofundar o debate, agir para alterar a lógica do capital e superar a barbárie.

O quarto artigo, *Capitalismo e Revolução*, de Francisco Máuri de Carvalho Freitas, recorda que a superação da crise, como ensinaram os jacobinos e bolcheviques, faz-se pela revolução e não pela consertação. O autor realiza a crítica ferrenha às miscelâneas teóricas promovidas pelos intelectuais marxistas que mesclam a dialética materialista com a metafísica idealista, desviando a teoria revolucionária de suas finalidades históricas, denunciando que nos meios acadêmicos permanece em curso um marxismo que a todo custo procura impedir o desvelar das sutis mentiras da ideologia neoliberal, retomando a necessidade de resgatar a obra marxista e seu verdadeiro valor, não como dogma, como dizia Engels, mas como guia para a ação. Acentua que, na tradição teórica marxista o entendimento do movimento da sociedade e das possibilidades de sua transformação assenta-se na dinâmica da luta de classes em disputa pelas forças produtivas. Por mais aguda que seja a crise, não produz por si a revolução, que depende de uma ação consciente – orientada por uma teoria revolucionária e organizada em um partido comunista – da classe dominada e extorquida contra a propriedade privada dos meios de produção, pela superação das relações que lhe oprimem. O proletariado é o agente revolucionário, o marxismo é a teoria revolucionária,

a ação revolucionária é a educação e a organização do proletariado, e a meta histórica é a emancipação intelectual e a formação política do proletariado a fim de que se organize para a conquista do poder por meio da revolução. Eis a emancipação e a revolução defendidas por Marx, contra as quais atentam os intelectuais – em cujos discursos e ações a revolução está apagada e suprimida – que dele se apropriam separando o pensador do líder revolucionário.

Na seção *Artigos*, temos Anita Helena Schlesener escrevendo o texto *Crise e Revolução: observações a partir dos escritos de Antonio Gramsci*, no qual revisa os pensamentos de Marx e Gramsci, concentrada em estabelecer um elo de continuidade entre estes quando se trata de evidenciar as condições objetivas que viabilizam e levam à revolução ou ao seu influxo. Após expor os nexos entre crise e revolução em Marx, retoma Gramsci, acentuando que “[...] a crise econômica é um aspecto parcial da questão das relações de força nos seus vários graus [...]”. Nas “novas relações políticas e culturais desenvolvidas no âmbito da sociedade capitalista”, crises econômicas só geram condições revolucionárias “se inseridas em um processo mais amplo de crise de hegemonia”. Frente ao que sinaliza a teoria, o que é possível depreender da atual crise? O cenário é de crise de civilização, mas o capitalismo não morrerá de morte natural, é urgente reorganizar-se e reagir.

Trazendo o debate europeu, Irene Viparelli, com *Cisão Pós-moderna de Crise e Revolução: algumas reflexões sobre Žižek e Negri*, contribui, polemicamente, com o debate “crise e revolução”. Destacando a urgência de uma “alternativa ao liberalismo” quanto ao modo de produzir e consumir, inicia perguntando-se sobre a possibilidade do marxismo contribuir com a leitura do que chama de crise do neoliberalismo, uma vez que esta “apresenta todas as propriedades que Marx havia atribuído às crises do capitalismo”, mas parece negar a tese de que “a desmistificação e a radicalização da luta de classes nos períodos “críticos” do capitalismo transforma a crise em uma ocasião revolucionária”, uma vez que “o desenvolvimento da produção imaterial parece ter anulado a centralidade produtiva do proletariado industrial”, falsificando as “conclusões revolucionárias” da teoria marxista. Pontua que o “reflexo ideológico” desta crise da teoria encontra-se nas interpretações do pensamento de Marx e Lenin que padecem de uma “cisão da teoria marxista da crise e da leninista da revolução”, reduzindo Marx a um “cientista da economia política” e Lenin a um “teórico do aqui e agora”. Irene deseja discutir, justamente, esta retomada do marxismo, a partir da relação crise e revolução estabelecidas em Žižek e Negri. Ambos defendem o abandono da abordagem ortodoxa de Marx e Lenin, recorrendo a ““estratégias teóricas” [...] diametralmente opostas: enquanto para Žižek, as possibilidades de libertação devem-se à “ausência ontológica” e ao caráter constitutivamente incompleto e aberto do humano, para Negri a possibilidade contemporânea da “emancipação pós-humana” funda-se na “plenitude ontológica””, ambos, radicando o projeto revolucionário em uma “ontologia subjetiva”. Para Viparelli, nesta “refundação subjetiva do marxismo” a “interpretação ativa da “objetividade” como práxis é necessariamente negada”, arriscando-se a transformar-se “na refundação de uma perspectiva teórica pré-marxista”, a forma pós-moderna da “exigência idealista jovem-hegeliana da realização histórico-objetiva da essência racional subjetiva”.

Anita Prestes, em *O historiador perante a história oficial*, retoma um tema candente, sempre atual, portanto, não superado, do caráter de não neutralidade da memória, da escrita e do ensino da história. Está no centro do debate a postura do historiador diante da História Oficial, que convém aos grupos dominantes na sociedade e que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia. A autora afirma o marxismo como a opção teórica que melhor consegue explicar racionalmente o funcionamento das sociedades humanas, principalmente na época atual, ressaltando o papel dos intelectuais – e, em particular, dos historiadores e professores de História – junto aos movimentos populares, mas principalmente nas escolas, nas salas de aula e no trabalho de pesquisa histórica, no sentido de formar jovens questionadores, cidadãos que não aceitem o consenso dominante, que estejam dispostos a se contrapor à hegemonia dos setores dominantes.

Lúcia Maria Vanderley Neves e Marcela Pronko em *A Atualidade das Idéias de Poulantzas no Entendimento das Políticas Sociais no Século XXI* destacam as contribuições de Nicos Poulantzas (1936-1979) – nos 30 anos de sua morte – para o entendimento do papel do Estado capitalista em sua fase monopolista, e da natureza das intervenções do Estado capitalista neoliberal nas áreas sociais. Pontuam que “a hegemonia conquistada pelo ideário e práticas neoliberais clássicas ou reformuladas conseguiu retirar da agenda político-científica contemporânea as explicações sobre a dinâmica social baseadas em análises macroestruturais circunscrevendo o marxismo às páginas do passado”. Esta hegemonia facilitou “a proliferação de teses que defenderam a oposição entre Estado e sociedade civil”, identificando o Estado como “a pura negatividade reguladora e burocrática frente à pura positividade contida na sociedade civil como reino da liberdade” e defendendo o “ideário da desobrigação paulatina do Estado” para com as “questões sociais”. Enfatizam que as contribuições de Poulantzas permitem compreender que, “embora sedutora, esta argumentação ideológica não se sustenta quando confrontada com a realidade das mais diferentes formações sociais na contemporaneidade”. Concluem que, “nos estágios mais recentes do capitalismo, as políticas sociais continuam a se constituir em ação estatal estratégica na reprodução ampliada da força de trabalho, com vistas a reverter a queda tendencial da taxa de lucro capitalista”. Acentuam que a diferença entre os anos de Estado neoliberal e os anos de Estado de bem-estar social, no que tange às políticas de reprodução ampliada da força de trabalho, consiste na redefinição da natureza de sua intervenção e não na sua desobrigação, sendo as contribuições de Poulantzas que viabilizam o entendimento das novas configurações das relações Estado/sociedade civil na luta de classes contemporânea.

Na Seção *Entrevista*, *Germinal* traz João Pedro Stédile, um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra que viabiliza, à luz de uma experiência de luta concreta, a avaliação do cenário de crise dos impactos para a luta dos trabalhadores, ponderando sobre as possibilidades reais de ação que, neste cenário, estão se abrindo. O roteiro foi elaborado por Maria de Fátima Pereira, Celi Taffarel, Claudio Lira, Elza Peixoto e Paulino Orso, permitindo que Stédile se pronuncie sobre temas como as origens históricas do MST; os eixos de articulação do movimento; as influências ideológicas a ele subjacentes; as metas históricas e o projeto de sociedade que o conduz; os impactos da crise econômica sobre a

organização dos trabalhadores do campo e o MST; a análise conjuntural do movimento dos trabalhadores em geral, incluindo as disputas e as possibilidades de unificação da classe trabalhadora no Brasil e na América Latina; o projeto do MST para a educação dos trabalhadores do campo; os enfrentamentos e as parcerias do MST com/contra o poder público no âmbito da garantia de educação para os trabalhadores do campo hoje; as possibilidades concretas de superação revolucionária do capitalismo e as contribuições do MST no processo de articulação das diferentes frentes e movimentos de luta. O resultado é uma leitura de conjuntura enraizada nos embates diversos enfrentados pelo movimento dos trabalhadores do campo, que expõe seus limites e possibilidades, destacando-se as condições objetivas, as demandas e os desafios que a classe trabalhadora e a esquerda devem superar.

Na Seção destinada aos *Textos Clássicos*, trazemos as *Glosas marginais ao programa do partido operário alemão*, escrito por Karl Marx em 1875, por ocasião do esforço de fundação de um partido operário alemão unificado. Este esforço era apoiado por Marx e Engels, que, entretanto, denunciavam os erros e concessões ali presentes, em decorrência da forte influência do lassallianismo. O documento é composto por um conjunto de observações críticas ao projeto de programa do futuro partido operário alemão unificado. A relevância histórica e política do texto decorrem da formulação de aspectos essenciais da teoria do comunismo, tais como, a revolução socialista, a ditadura do proletariado, o período de transição do capitalismo para o comunismo, as duas fases da sociedade comunista, a produção e a distribuição do produto social no socialismo e os traços fundamentais do comunismo, o internacionalismo proletário e o partido da classe operária. No contexto do debate proposto neste número, do anúncio continuado de que a saída está com Marx para além de Marx, e da urgência na retomada de um projeto histórico, as teses defendidas na crítica ao programa de Gotha apresentam-se como sementes já germinadas a serem cultivada pelos intelectuais marxistas.

Na Seção *Resenha*, Caio Antunes nos apresenta a obra de Isteván Mészáros *A crise estrutural do capital*. Na seção *Resumos de Teses e Dissertações*, trazemos *A educação do MST no contexto educacional brasileiro* de Adriana D' Agostini, a Dissertação *Organização do trabalho pedagógico na formação de professores do MST: realidade e possibilidades*, de Mauro Titon e a tese de Doutorado de Kátia Oliver de Sá intitulada *Pressupostos ontológicos da produção do conhecimento do lazer no Brasil – 1972 a 2008: Realidade e possibilidades na pós-graduação e graduação em Educação Física*.

No conjunto, as diferentes seções de *Germinal* – longe de esgotarem a temática proposta *Crise e Revolução* – pontuam aspectos programáticos, históricos e conjunturais que os comunistas da velha guarda e a jovem geração em formação não podem perder de vista no horizonte que, na atual conjuntura, são impelidos a desenhar. Que a leitura nos provoque a todos!!!